

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo estabelecido no Art. 2º da Portaria IDAF Nº 9, DE 12 DE JANEIRO DE 2026, por 30 (Trinta) dias prorrogáveis.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor com efeitos à contar de 12 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Publique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

José Francisco Thum  
Presidente – IDAF  
Decreto nº 48-P – DOE nº 13.444/2023

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 013/2024**

PROCESSO N°: 0052.007858.00005/2026-79

DAS PARTES: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE (IDAF) E A EMPRESA J. V. NOGUEIRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O Presente TERMO ADITIVO tem por objetivo alterar a CLÁUSULA OITAVA, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, que prorroga o prazo contratual por 12 (doze) meses, passando de 15/02/2026 a 15/02/2027, permanecendo o valor global de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais), conforme o termo do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo. E por estarem justas acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA QUARTA – FORO**

Para dirimir possíveis dúvidas, casos omissos ou controvérsias oriundas deste Contrato, as partes elegem o Foro da Cidades de Rio Branco – Capital do Estado do Acre, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

**LOCAL E DATA DA ASSINATURA:** Rio Branco – Ac, 11 de fevereiro de 2026

**ASSINAM:** JOSÉ FRANCISCO THUM; CONTRATANTE

VITOR PESSOA NOGUEIRA; CONTRATADA

**IEPTEC****ESTADO DO ACRE****INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC****GABINETE DO PRESIDENTE****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL N° 02/2025**

O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC, representado pelo Presidente Alírio Wanderley Neto, Decreto N° 52-P/2023, no uso de suas atribuições legais, torna público A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE BOLSISTAS, NA MODALIDADE DE PROFISSIONAL BOLSISTA NÃO DOCENTE HORISTA, OBJETIVANDO FORMAR BANCO DE CADASTRO RESERVA PARA ATUAÇÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OFERTADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE IEPTEC.

RIO BRANCO		
PROGRAMA MULHERES MIL		
PROFISSIONAL BOLSISTA DOCENTE HORISTA		
CARGA HORÁRIA – 116 HORAS TOTAIS		
MEDIAÇÃO EM SALA		
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 12 MESES		
CÓDIGO: 069-RB-CONF		
CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	NOTA FINAL
GABRIELA KHRISTYÊ DA SILVEIRA LIMA	1º	50
ROMARIA PESSOA DA SILVA	2º	40

**2 – LOCAL E DATA PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO:**

MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO
RIO BRANCO	UNIDADE CENTRAL	RUA RIACHUELO, Nº 138, BAIRRO JOSÉ AUGUSTO

DATA: 12, 13 e 19 de fevereiro de 2026, das 08:00 às 12:00.

**3 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA O TERMO DE COMPROMISSO:**

O convocado deverá comparecer munido de 01 (uma) cópia e original dos seguintes documentos:

- a) Diploma ou declaração, conforme especificado para cada cargo;
- b) Documento Oficial de Identidade – RG ou outros;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- d) Título Eleitoral;
- e) Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral e negativa da Justiça Federal (Cível e Criminal) e Justiça Estadual (Cível e Criminal);
- Quitação ou Certidão com a Justiça Eleitoral ( [www.tre-ac.jus.br/eleitor/certidores/certidao-quitacao-eleitoral](http://www.tre-ac.jus.br/eleitor/certidores/certidao-quitacao-eleitoral) );
- Certidão Negativa da Justiça Federal ( [www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/](http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/) );
- Certidão de Distribuição – Ação: Cível ( <http://esaj.tjac.jus.br/esaj/portal.do?servico=810000> );
- Certidão de Distribuição – Ação: Criminal ( <http://esaj.tjac.jus.br/esaj/portal.do?servico=810000> );
- f) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para o sexo masculino);
- g) Comprovante de residência atual;
- h) Comprovante de conta de pessoa física, em nome do candidato (a conta poderá ser de qualquer banco, desde que esteja ativa);
- i) Comprovante de realização de Cadastro de credor junto à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Os documentos necessários para este cadastro são: RG, CPF, PIS/NIT/PASEP, comprovante de conta bancária ativa e comprovante de endereço atualizado. O candidato que já possuir cadastro deverá apresentar somente comprovante de sua ativação. Informações no site: [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br);

j) 1 foto 3x4 colorida;  
 k) Documentação comprobatória da situação funcional;  
 Rio Branco, 11 de fevereiro de 2026.

Alírio Wanderley Neto  
 Presidente do IEPTEC  
 Decreto Nº 52-P/2023

**ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 08/2024**

O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC, representado pelo Presidente, Alírio Wanderley Neto, Decreto Nº 52-P/2023, no uso de suas atribuições legais, torna público A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE BOLSISTAS, NA MODALIDADE DE PROFISSIONAL BOLSISTA NÃO DOCENTE MENSALISTA, OBJETIVANDO FORMAR BANCO DE CADASTRO RESERVA PARA ATUAÇÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OFERTADOS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE IEPTEC.

RIO BRANCO		
ITINERÁRIO FORMATIVO V		
PROFISSIONAL BOLSISTA NÃO DOCENTE MENSALISTA		
CARGA HORÁRIA – 40 HORAS		
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA		
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 12 MESES		
CÓDIGO: 010-RBAD		
<b>CANDIDATO</b>	<b>NOTA FINAL</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
IDÔRE DA SILVA ALMEIDA	66	6º

**2 – LOCAL E DATA PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO:**

MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO
RIO BRANCO	UNIDADE CENTRAL	RUA RIACHUELO, Nº 138, BAIRRO JOSÉ AUGUSTO

DATA: 12, 13 e 19 de fevereiro de 2026, das 08:00 às 12:00.

**3 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA O TERMO DE COMPROMISSO:**

O convocado deverá comparecer munido de 01 (uma) cópia e original dos seguintes documentos:

- a) Diploma ou declaração, conforme especificado para cada cargo;
- b) Documento Oficial de Identidade – RG ou outros;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- d) Título Eleitoral;
- e) Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral e negativa da Justiça Federal (Cível e Criminal) e Justiça Estadual (Cível e criminal);  
 Quitação ou Certidão com a Justiça Eleitoral ([www.tre-ac.jus.br/eleitor/certidos/certidao-quitacao-eleitoral](http://www.tre-ac.jus.br/eleitor/certidos/certidao-quitacao-eleitoral));  
 Certidão Negativa da Justiça Federal ([www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/](http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/));  
 Certidão de Distribuição – Ação: Cível (<http://esaj.tjac.jus.br/esaj/portal.do?servico=810000>);  
 Certidão de Distribuição – Ação: Criminal (<http://esaj.tjac.jus.br/esaj/portal.do?servico=810000>);
- f) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para o sexo masculino);
- g) Comprovante de residência atual;
- h) Comprovante de conta de pessoa física, em nome do candidato (a conta poderá ser de qualquer banco, desde que esteja ativa);
- i) Comprovante de realização de Cadastro de credor junto à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Os documentos necessários para este cadastro são: RG, CPF, PIS/NIT/PASEP, comprovante de conta bancária ativa e comprovante de endereço atualizado. O candidato que já possuir cadastro deverá apresentar somente comprovante de sua ativação. Informações no site: [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br) ;
- j) 1 foto 3x4 colorida;
- k) Documentação comprobatória da situação funcional, no caso de servidor público;

Rio Branco, 11 de fevereiro de 2026.

Alírio Wanderley Neto  
 Presidente do IEPTEC  
 Decreto Nº 52-P/2023

**SANEACRE**

**PORATARIA Nº 18, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O PRESIDENTE DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – Saneacre, nomeado por meio do Decreto nº 1.451-P, de 31 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº 13.466, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferiu a Lei Estadual nº 1.248 de 04 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 395 de 29 de março de 2022, considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar; considerando o teor do art. 20 do Decreto nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que determina que os gestores e fiscais de contratos deverão ser designados por portaria; considerando a Instrução Normativa CGE nº 001/2016, a qual dispõe sobre as funções de Gestor e de Fiscal de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do Contrato nº 013/2026, em favor da empresa JR DISTRIBUIDORA LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de Tubulações em PVC (PBA, DEFOFO e COLETOR), em atendimento ao Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE. Processo Sei: 0040.012238.00001/2025-11

I – Gestor Titular: KENNEDY CASTRO DE ARAÚJO Matrícula: 9584595

II – Gestor Substituto: CLAVIO MOMO ZIEMNICZAK Matrícula: 9551298

III – Fiscal Titular: VITOR EREMITH DE O. SOUSA Matrícula: 9435123

IV – Fiscal Substituto: KAREM ALVES BARBOSA Matrícula: 9683276

Art. 2º. Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;